



# Société Internationale d'Ergologie

**Apelo a comunicações para o**

**5º Congresso da Sociedade Internacional de Ergologia**

**Trabalho, Patrimônio e Desenvolvimento**

**PORTO 7-9 de setembro de 2020**

*A Ergologia, do verbo grego “ergasesthai”, fazer, agir, é um modo de abordar a atividade humana, noção situada a meio caminho entre outra noção mais geral que a engloba, a vida, e uma de suas formas mais específicas, o trabalho.*

*Em relação à vida em geral, a atividade é definida na sua confrontação permanente, seu debate em um campo de normas, produzidas no decurso da história humana e social, intrincadas a qualquer situação de vida humana, entrecruzando valores “dimensionados”, mercantis, e valores “sem dimensão” (justiça, igualdade, solidariedade etc.). Por conseguinte, qualquer situação de trabalho sempre aparece como um concentrado de história e a atividade como a dramática de uma história em (re)elaboração.*

*“Démarche (ergologique)” significa que não se trata de uma disciplina nova, mas de uma maneira de retrabalhar os conhecimentos existentes em função das exigências do conceito de atividade.*

Em que medida a démarche da Ergologia pode constituir uma abordagem pertinente no campo das questões que integram o trabalho, o patrimônio e o desenvolvimento? Em que medida sua contribuição é singular e inovadora?

Com a finalidade de fazer um balanço e traçar perspectivas, o principal objetivo do V Congresso da SIE é colocar em debate, durante três dias, os trabalhos que, em vários lugares do mundo, fizeram a opção de se engajar a esta reflexão, às vezes privilegiando também outros quadros de referência. A diversidade das abordagens será um ponto de

ancoragem essencial deste encontro que se deseja, por conseguinte, de cariz pluridisciplinar.

A questão de partida admite três pressupostos:

- É fecundo articular as atividades do trabalho e os recursos do património e colocá-los em sinergia com as iniciativas de desenvolvimento que se pretende endógenas;
- A ergologia oferece um referencial conceitual e metodológico capaz de apoiar e estimular estas sinergias (a “atividade”, as reservas de alternativas, os projetos-herança, as “normas antecedentes”, as “renormalizações”, os “valores dimensionados”, os “valores sem dimensão”, o “corpo-si”, os Grupos de Encontros do Trabalho/GRT etc.);
- Partindo deste ponto de vista, a ergologia pode contribuir para pensar melhor as articulações entre iniciativas endógenas e aportes exógenos.

A isto se juntam algumas hipóteses:

- As sociedades humanas dispõem de um património que é, ao mesmo tempo, produto de seu desenvolvimento histórico e fundamento de seu desenvolvimento futuro;
- O património de uma coletividade humana é uma realidade viva, material e imaterial, produzida pelo conjunto das atividades de trabalho que são mobilizadas desde suas origens até os nossos dias; a valorização da experiência do trabalho, passada ou em curso, integra-se, assim, a uma valorização do património das sociedades, quaisquer que sejam;
- Se a atividade do trabalho não buscar se apropriar do meio, nem dominar situações individuais e coletivas em um nível mínimo de socialização, não haverá processos de desenvolvimento;
- A dialética entre os níveis de análise macro e micro, que se revela no decorrer do tempo, constitui o 'fio condutor' que liga o trabalho, o património e o desenvolvimento. Sem referência ao nível macro, a visibilidade e a socialização

da ambição transformadora do patrimônio, construída pela atividade industriosa, corre o risco de não ser fecunda, de não ter futuro. Porém, apenas a ancoragem que põe em visibilidade as atividades concretas do trabalho com suas reservas de alternativas tem condições de legitimar as orientações estratégicas definidas pelo(s) desenvolvimento(s);

- Estas dialéticas são necessariamente plurais, muitas vezes estão em conflito, produzem patrimônios e desenvolvimento histórica e geograficamente diferenciados;
- Os patrimônios de determinadas coletividades humanas foram e podem ser destruídos, pilhados, degradados ou desvalorizados pela colocação em prática de concepções de desenvolvimento essencialmente orientadas por valores “dimensionados”, mercantis.

Estas noções de *trabalho*, *patrimônio* e *desenvolvimento* merecem, por conseguinte, particular atenção porque:

- estão presentes em **várias disciplinas acadêmicas**, recebendo numerosas definições que podem se completar, mas também se contradizer;
- são pluridisciplinares e exigem o **diálogo de numerosas abordagens**, o que nem sempre é fácil de alcançar;
- **não saberiam ser pensadas em “exterioridade”**, ou seja, necessitam, na sua própria definição, integrar os saberes investidos nas atividades daqueles que trabalham e se querem atores de um patrimônio e beneficiários de um desenvolvimento; e o **“ponto de vista da atividade”**, aqui essencial, nunca é simples de fazer surgir;
- elas mesclam estreitamente uma perspectiva analítica, de produção de conhecimentos, que retorna a questões de natureza epistemológica, e uma perspectiva normativa, que questiona a governamentalidade das pessoas e dos grupos sociais, o que reenvia necessariamente ao **campo da política**.

Este quadro de reflexão deveria enriquecer as trocas de experiências e de análises – tendo a finalidade de compreender os mecanismos pelos quais recursos e dinâmicas endógenos e exógenos permitem, ou não, construir abordagens pertinentes e

operativas para o desenvolvimento. Isto autorizará a produção de um balanço a fim de dar nova visibilidade às atividades de pesquisa e de intervenção em curso e aos projetos em construção.

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

**Abdallah Nouroudine** (Centre National d'Analyse et de Recherche sur les Politiques Publiques et Université des Comores, Comores) ; **Abdesselam Taleb** (Université de Tlemcen, Algérie) ; **Alvaro Casas** (Administración Nacional de Educación Pública, Uruguay) ; **Ananyr Porto Fajardo** (Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre, Brasil); **Camilo Valverde** (Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa, Portugal); **Catarina Silva** (Laboratório de Ergonomia, FMH, Universidade de Lisboa, Portugal); **Christine Castejon**; **Daisy Cunha** (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); **Edna Goulart** (Universidade Federal do Piauí, Brasil); **Ingrid Dromard** (Centre Gilles Gaston Granger, Aix-Marseille Université, France) ; **João Caramelo** (Centro de Investigação e Intervenção Educativas, FPCEUP, Universidade do Porto, Portugal); **José Manuel Mendes** (Centro de Estudos Sociais, FEUC, Universidade de Coimbra, Portugal); **Laurence Belliès** (Airbus et Aix-Marseille Université, France); **Liliana Cunha** (Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Portugal); **Louis Durrive** (Université de Strasbourg, France); **Luísa Fernanda Delgado** (Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, México); **Mariana Veríssimo** (PUC-Minas e FAE-UFMG, Brasil); **Marianne Lacomblez** (Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Portugal); **Maristela Vargas Losekann** (Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre, Brasil); **Marta Santos** (Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Portugal); **Patrick Ryvalski** (Institut fédéral des hautes études en formation professionnelle, Suisse); **Rafael Gomes** (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil); **Rémy Jean**; **Renato Di Ruzza** (Aix-Marseille Université, France); **Sara Ramos** (ISCTE e Dinâmia'CET, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal); **Sérgio Portella** (FIOCRUZ, Rio de Janeiro, Brasil); **Simone Oliveira** (Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, Brasil); **Teresa Medina** (Centro de Investigação e Intervenção Educativas, FPCEUP, Universidade do Porto, Portugal); **Tine Roth** (Centre Gilles Gaston Granger, Aix-Marseille Université, France); **Yves Schwartz** (Aix-Marseille Université, France).

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

**Camilo Valverde** (Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa, Portugal); **Cláudia Pereira** (Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Portugal); **Daniel Silva** (Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Portugal); **Ingrid Dromard**

(Centre Gilles Gaston Granger, Aix-Marseille Université, France); **Liliana Cunha** (Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Portugal); **Marianne Lacomblez** (Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Portugal); **Marta Santos** (Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Portugal); **Renato Di Ruzza** (Aix-Marseille Université, France); **Vanessa Rodrigues** (Instituto de Sociologia, Universidade do Porto, Portugal).

## **Recomendações**

**As propostas de comunicação devem ser enviadas até 1 de dezembro de 2019** à secretária geral da SIE (secretaire.sie@gmail.com). Deverão responder às questões anteriormente identificadas, cumprindo o limite de **500 palavras** (as línguas aceites são inglês, espanhol, francês e português) e indicar a língua na qual serão apresentadas e uma segunda língua para projeção.

Serão examinadas pelo Comitê Científico do Congresso, o qual terá toda a liberdade para recorrer a avaliadores complementares cuja lista será tornada pública. **O parecer do Comitê Científico será comunicado até 15 de janeiro de 2020** e informará a **designação da comunicação para sessões plenários ou para ateliers**.

**Os textos completos das comunicações aceites deverão chegar até 15 de abril de 2020** a fim de serem publicados antes da realização do Congresso. As normas gráficas serão definidas previamente e enviadas com o parecer do Comitê Científico.

Também é possível **propor posters** que ilustrem investigações ou iniciativas, e que serão expostos durante o Congresso.

**As inscrições e taxas de inscrição deverão ser feitas a 15 de abril de 2020, no momento de entrega do texto completo da comunicação pelo primeiro autor.**

Taxas de inscrição:

- 150 euros (almoços incluídos)
- 60 euros (tarifa reduzida mediante justificativa)
- 35 euros (jantar de gala para não-membros da SIE)